

A SEMANA – 157

John Gledson

Nesta espécie de obituário de Saldanha Marinho, figura importante na vida de Machado, pois foi o seu chefe no *Diário do Rio de Janeiro* quando entrava para o jornalismo em 1860, Machado volta a uma obsessão sua: o momento, em julho de 1868, quando o Imperador, no seu papel constitucional de “Poder Moderador”, impôs um ministério conservador a uma câmara liberal, um momento crucial na vida, e na morte, do império, pois pôs a nu a natureza autocrática do regime. Em 1870, fundava-se o Partido Republicano, do qual Saldanha Marinho foi uma das figuras principais. Curiosamente, Machado menciona pouco ou nada os anos precedentes, em que os dois trabalharam juntos no *Diário do Rio*, nem os anos posteriores, em que Saldanha fez fama pelos ataques à Igreja sob o pseudônimo de “Ganganelli”, durante a Questão Religiosa, e teve um papel relevante na fundação da República, da qual se desenganaria; é sua a famosa frase: “esta não é a república dos meus sonhos”. O que dá unidade à crônica não é a oposição império-república (que separou os dois companheiros, e em que Machado prefere tocar muito de leve): são, primeiro, as lembranças de alguns momentos importantes na história (frustrante) do Partido Liberal (1848, 1860, 1868, 1889), dos quais 1868 foi o mais sintomático; e segundo, nesse ano, a retidão de Saldanha ao não se calar diante do “estelionato” (ver nota 2). Machado, numa posição totalmente outra, mas igualmente perigosa, não podia se dar esse “luxo”. Silenciou, e manteve seu posto burocrático. Talvez se sintam aqui os ecos do que teve de engolir nesse momento.

Esta crônica consta da antologia de Mário de Alencar, p. 216-19.



A SEMANA

2 de junho de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Quando me deram notícia da morte de Saldanha Marinho,¹ veio-me à lembrança aquele dia de julho de 1868, em que a câmara liberal viu entrar pela porta o partido conservador.² Há vinte e sete anos; mas os acontecimentos foram tais e tantos, depois disso, que parece muito mais.

¹ É interessante reproduzir a notícia da morte de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), tal como apareceu na *Gazeta* no dia 29 de maio (ele tinha falecido à noite do dia 26). Explica certos detalhes que Machado menciona, e dá uma ideia menos pessoal, por assim dizer, da sua figura:

“Anteontem à noite faleceu aos 79 anos de idade o ilustre brasileiro Joaquim de Saldanha Marinho. / Nasceu no Recife a 4 de maio de 1816. Seu pai, Pantaleão Ferreira dos Santos, foi uma das vítimas da revolução que rebentou no ano seguinte. / Matriculou-se na faculdade de direito em 1832, formando-se a 15 de novembro de 1835. / Em 1837, nomeado promotor de Icó, embarcou para o Ceará, que considerava sua segunda pátria, e onde residiu durante anos. Foi professor de matemática no liceu, curador de órfãos, secretário do governo, inspetor de tesouraria, deputado provincial em três legislaturas, deputado geral na câmara dissolvida em 1848. / A revolução que então rebentou em Pernambuco e prometia estender-se a outras províncias do norte mostrou-lhe a conveniência de fixar-se no sul. Foi para Valença, no Estado do Rio, onde ficou até 1860, deixando as maiores simpatias na população, vinculando seu nome a melhoramentos da cidade. Diversas vezes foi eleito deputado à assembleia provincial do Rio de Janeiro. / Em março de 1860 mudou-se para esta capital, onde assumiu a redação do *Diário do Rio de Janeiro*. É este o período mais brilhante de sua vida, sempre na brecha, cercado de homens como Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Muzzio. A sua popularidade atingiu a proporções extraordinárias, ganhando com Teófilo Otoni, Martinho Campos e Francisco Otaviano eleições disputadíssimas contra o governo. / Mais de uma vez foi eleito por esta capital. Em 1867 o foi por sua terra natal. Duas vezes entrou em listas tríplices por Pernambuco; eleito em 1868 pelo Ceará, foi o escolhido, mas o senado anulou a eleição. / De 1865 a 1867, governou Minas Gerais, prestando muitos serviços e agenciando voluntários para a guerra do Paraguai. Em 1867, governou S. Paulo, onde deixou o maior entusiasmo, e abriu a era nova que levou aquele Estado à culminância que hoje atingiu. / Quando em 1870 organizou-se o partido republicano, foi o chefe reconhecido por todo o Brasil. / Em 1873, ao rebentar a questão religiosa, foi a verdadeira alma deste movimento. Andam reunidos em quatro volumes os artigos vibrantes e apaixonados que então escreveu nos jornais sob o pseudônimo de Ganganelli. / Em 1878 foi eleito deputado geral pelo Amazonas. / Com a proclamação da República foi nomeado para a comissão encarregada de redigir o projeto de constituição. Eleito para a constituinte pela Capital Federal, tomou depois assento no senado. Nas últimas eleições, foi reeleito senador por 9 anos.”

² No dia 14 de julho de 1868, ao cair o gabinete liberal de Zacarias de Góis, o imperador convocou os conservadores, liderados pelo visconde de Itaboraí, a formar um governo: tomaram posse na famosa sessão do dia 17 desse mês. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, só no dia 19 saiu o decreto de dissolução do gabinete, quando “a notícia já não surpreende a ninguém.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, tomo II, 5.º volume, do império à república, p. 7) Era o direito do imperador, pelo Poder Moderador, de escolher os governos, mas sempre

Os liberais voltaram mais tarde, tornaram a cair e a voltar, até que se foram de vez, como os conservadores, e com uns e outros o império.

Jovem leitor, não sei se acabavas de nascer ou se andavas ainda na escola. Dado que sim, ouvirás falar daquele dia de julho, como os rapazes de então ouviam falar da Maioridade ou do fim da república de Piratinim, que foi a pacificação do sul, há meio século.³

Certo, não ignoras o que eram as recepções de ministérios ou de partidos, viste muitas delas, e a última há seis anos. Hás de lembrar-te que a câmara enchia-se de gente, galerias, tribunas, recinto. Na última recepção, em 1889, ouvi que alguns espectadores, cansados de estar em pé, sentaram-se nas próprias cadeiras dos deputados.⁴ Creio que antigamente não vinha muita gente ao recinto, mas a população da cidade era muito menor. A estatística é a chave dos costumes. Demais, não esqueças a ternura do nosso coração, a cultura da amizade, o gosto de servir, a necessidade de mostrar alguma influência, e por fim a indignação, que leva um grande número de pessoas a entrar com os ombros. Compreende-se, aliás, a curiosidade pública. O acontecimento em si mesmo era sempre interessante; depois, a certeza de que se não ia ouvir falar de impostos, dava ânimo de penetrar no recinto sagrado. Acrescentai que nós amamos a esgrima da palavra, e aplaudimos com prazer os golpes certos e bonitos.

Também houve aplausos em 1868, como em 1889, como nas demais sessões interessantes, ainda que fossem de simples interpelações –⁵ aos ministros. “As galerias não podem dar sinais de aprovação ou reprovação”, diziam sonolentemente os presidentes da câmara. A primeira vez que ouvi esta advertência, fiquei um pouco admirado; supunha que o presidente presidia, e que o mais era uma questão de polícia interior; mas explicaram-me que a mesa é que era a comissão de polícia. Compreendi então, e notei uma virtude da galeria, é que aplaudia sempre e não pateava nunca.

que mudava a “situação” (o partido no poder) criava muitos protestos, e desta vez mais do que nunca. Foi chamado de “estelionato”, e levou diretamente à fundação do Partido Republicano. A razão fundamental da queda foi a incompatibilidade entre Zacarias e o chefe do exército, o (então) marquês de Caxias. Sérgio Buarque de Holanda chama esse evento de começo do fim do império. Machado, liberal, e (recém)-funcionário público, temeu perder o posto. Por essas razões, pessoais e políticas, essa crise o fascinou, talvez como nenhuma outra. Um bom exemplo desse fascínio é o capítulo LVIII de *Quincas Borba*: “Rubião assistira à sessão em que o Ministério Itaboraí pediu os orçamentos...”

³ A Maioridade antecipada de d. Pedro II foi anunciada em julho de 1840; a República Rio-Grandense, ou República de Piratini, foi proclamada pelos rebeldes farroupilhas em 1836, e durou até 1º de março de 1845, ocasião em que o Tratado de Poncho Verde pôs fim a ela. Em *Casa velha*, Machado já liga as rebeliões nas províncias ao “golpe” de 1840. Obviamente, aqui sente-se o eco da outra pacificação do sul, em andamento.

⁴ Em 10 de junho de 1889, devia apresentar-se o governo liberal do visconde de Ouro Preto, o último do império; diz a *Gazeta* do dia 11: “Ao senado e à câmara afluíram ontem numeroso concurso de curiosos, para assistirem à apresentação do novo ministério ao parlamento. / Falava-se em revelações de alta importância a respeito da última organização, em declarações que trariam para o debate uma pontinha de escândalo, insuficiente para ferir, mas bastante para beliscar as instituições.”

⁵ Mário de Alencar suprime este travessão, que Aurélio mantém.

Ouçõ ainda os aplausos de 1868, estrepitosos, sinceros e unânimes. Os ministros entraram, com Itaboraí à frente, e foram ocupar as cadeiras onde dias antes estavam os ministros liberais. Um destes ergueu-se, e em poucas palavras explicou a saída do gabinete.⁶ Não me esqueceu ainda a impressão que deixou em todos a famosa declaração de que a escolha de Torres Homem não era *acertada*.⁷ Zacarias acabava de repeti-la no senado. Geralmente, as dissoluções dos gabinetes eram explicadas por frases vagas, e porventura nem sempre verídicas. Daquela vez conheceu-se que a explicação era verdadeira. Disse-se então que a palavra fora buscada para dar ao gabinete as honras da saída. Alguém ouviu por esse tempo, ao próprio Zacarias, naquela grande chácara de Catumbi, que “desde a quaresma sentia que a queda era inevitável”. Grande atleta, quis cair com graça.⁸

Itaboraí levantou-se e pediu os orçamentos. Foi então que desabou uma tempestade de vozes duras e vibrantes. Posto soubesse que se despedia a si mesma, a câmara votou uma moção de despedida ao ministério conservador.⁹ Um só espírito supôs que a moção podia desfazer o que estava feito; não me lembra o nome, talvez não soubesse ler em política, e daí essa credulidade natural, que se manifestou por um aparte cheio de esperanças.¹⁰

Uma das vozes duras e vibrantes foi a de Saldanha Marinho. Escolhido senador pelo Ceará, nessa ocasião, bastava-lhe pouco para entrar no senado – para esperá-lo, ao menos. O silêncio era o conselho do sábio. Diz um provérbio árabe que “da árvore do silêncio pende o seu fruto, a tranquilidade.” Diz mal ou diz pouco este provérbio,

⁶ Este ministro foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada (filho), (1825-1886).

⁷ Ao ser escolhido um novo senador, o imperador devia escolher entre três candidatos que lhe apresentavam os partidos (a “lista tríptica”). Como essa prerrogativa cabia ao monarca, era muita ousadia criticar a sua escolha, o que fez Zacarias ao qualificar a de Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim (1812-1876), conservador, como “desacertada”. Enfrentando-se assim com a Coroa, garantia – muitos diziam, escolhia – a sua queda.

⁸ De fato, desde alguns meses, a situação de Zacarias tornava-se cada vez mais difícil: além da oposição dos conservadores e do senado, o próprio Partido Liberal estava dividido. Zacarias aparecia frequentemente nas caricaturas como atleta, talvez por sê-lo na realidade.

⁹ Esta moção foi proposta por José Bonifácio, o Moço (1827-1886), filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada: ficou tão célebre que Machado menciona o orador no mesmo capítulo LVIII referido na nota 2. Eis as suas palavras: “Requeiro que se lance na ata a seguinte declaração: / ‘A câmara viu com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora do seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seus antecessores. Amiga sincera do sistema representativo, e da monarquia constitucional, a câmara lamenta este fato singular, não tem e não pode ter confiança no governo.’ / Sala das sessões, 17 de Julho de 1868. – *José Bonifácio*.” (*Jornal do Commercio*, p. 1, col. 6, 18 jul. 1868)

¹⁰ Este espírito foi Francisco de Paula da Silveira Lobo (1826-1886), deputado por Pernambuco. Depois de uma votação em que todos os deputados liberais votaram contra a dissolução (que sabiam que era *fait accompli*), ele se levantou para protestar, dizendo que não deviam aceitar. Disse, entre outras coisas: “Pela minha parte, Sr. presidente, declaro, cheio da mais sincera convicção, que não devemos recear que a saída de uma tão grande crise seja a dissolução. / Não tenho perdida a fé nas instituições livres que possuímos. Uma dissolução é sempre uma medida extrema e perigosa; nas atuais gravíssimas circunstâncias do país seria uma verdadeira calamidade (...)”. (*Jornal do Commercio*, p. 2, col. 3, 18 jul. 1868)

porque a prosperidade é também um fruto do silêncio. Saldanha Marinho podia calar-se e votar, – votar contra o ministério, incluir o nome entre os que o recebiam na ponta da lança, e até menos. Crises dessas alcançam as pessoas. Também se brilha pela ausência. O senador escolhido deitou fora até a esperança. Ergueu-se, e com poucas palavras atacou o ministério e a própria coroa; lembrou 1848, a que chamou estelionato,¹¹ e deixou-se cair com os amigos. O senado anulou a eleição, e Saldanha Marinho não tornou na lista tríplice.

Caiu com os amigos. A ação foi digna e pode dizer-se rara. Para ir ao senado, não faltavam seges, nem animais seguros. Saldanha ficou a pé. Não lhe custava nada ser firme; desde que, em 1860, tornara à política pelo jornalismo, nunca soube ser outra coisa. 1860! Quem se não lembra da célebre eleição desse ano, em que Otaviano, Saldanha e Otoni derribaram as portas da câmara dos deputados à força de pena e de palavra? O *lencinho branco* de Otoni era a bandeira dessa rebelião, que pôs na linha dos suplentes de eleitores os mais ilustres chefes conservadores...¹² Ó tempos idos! Vencidos e vencedores vão todos entrando na história. Alguns restam ainda, enalvecidos ou encanecidos pelo tempo, e dois ou três cingidos de honras merecidas. O que ora se foi, separara-se há muito dos companheiros, sem perder-lhes a estima e a consideração. Mudara de campo, se é que se não restituiu ao que era por natureza.



¹¹ Em 1848, um ministério liberal fora substituído por outro conservador. Neste caso, levou à imposição de um presidente conservador em Pernambuco, o que levou à Revolta Praieira, a última das revoltas regionais do império. No debate de 17 de julho de 1868, disse pouco, com efeito: “Sr. presidente, poucas palavras tenho a proferir nesta discussão, que deve ser rápida para que a expressão desta câmara mais de pronto chegue ao governo imperial. / [...] / O estelionato de 1848 teve seu fim: deu em resultado dois diplomas de senadores, mas que aqui chegaram escritos com sangue! Pois bem! Deus preserve o Brasil e a minha província [Pernambuco] de iguais conseqüências do estelionato de 1868!” (*Numerosos apoiados. Muito bem! Muito bem!*) FONTE: *Jornal do Commercio*, p. 1, col. 7, 18 jul. 1868.

¹² Nas eleições de 1860, os liberais, liderados por Francisco Otaviano (1825-1889), Teófilo Otoni (1807-1869), e Saldanha Marinho decidiram desafiar a hegemonia conservadora, e fizeram uma grande campanha, que saiu triunfante, seu símbolo sendo o lenço branco que Machado menciona. Na crônica de 30 de outubro de 1892 (“Tempos do papa! tempos dos cardeais!”), ele lembra mais longamente o episódio, em que foi envolvido, como jornalista do *Diário do Rio de Janeiro*, editado por Saldanha Marinho.